

**Impugnação 14/12/2021 13:05:30**

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Salvador (BA), 2 de dezembro de 2021 ILMO. SENHOR PREGOEIRO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2021 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA A Empresa XXXXXXXX, através de seu representante legal, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO O Edital reserva exclusivamente o certame para microempresa e empresa de pequeno porte, como mostra a redação que se colaciona: CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 1.3. Esta licitação será exclusiva à participação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP). Diante disso, a XXXXXXXX, ora Impugnante, se encontra impedida de participar da Licitação do Pregão Eletrônico ora em comento, pelo o fato do não enquadramento como ME/EPP. Destaca-se que o objeto da licitação em referência corresponde a segmento do mercado em que as marcas tradicionais, em sua maioria, não são microempresas ou empresas de pequeno porte. Destarte, as mesmas são somente revendedoras de produtos diversos, adquirindo os mesmos das grandes empresas e agregando custos diversos, tributos, transportes e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda, desencadeando a onerosidade excessiva. Nesse contexto, a manutenção da exclusividade de participação de ME/EPP pode levar até mesmo à frustração do certame, tendo em vista que se corre o risco de não conseguir fornecer as peças necessárias ao melhor funcionamento e prolongamento da vida útil dos equipamentos pelo preço estimado de referência. Insta mencionar que a restrição à participação de outras empresas, prevista na Lei Complementar n. 123/2006, não é absoluta, sendo determinado à Administração Pública que deixe de aplicar o mesmo caso isso importe em prejuízo à esfera pública, nos seguintes termos: Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;" Unissono à Lei Complementar n. 123/2006, os dispositivos legais do Decreto n. 8.538/2015, regulamentador do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal, os quais foram transcritos abaixo, para melhor entendimento: Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais Em sequência, o art 10 dita: "Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando: II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; Depreende-se do que explanado que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, todavia, não deseja impor a sua presença elevando a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Imprescindível, portanto, sopesar os princípios pertinentes ao presente certame e tão caros às licitações, como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a perfectibilização do comando legal vislumbrado no artigo 3º da Lei n. 8.666/93, que visa à escolha da "proposta mais vantajosa para a Administração". Assim sendo, deve ser eliminada do edital a condição de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que tal exigência viola os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e legalidade, pois acarretará a contratação do objeto licitado com empresa que não poderá, conforme demonstrado, oferecer a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Ao final, requer: Assim sendo, deve ser eliminada do edital a condição de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que tal exigência viola os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e legalidade, pois acarretará a contratação do objeto licitado com empresa que não poderá, conforme demonstrado, oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ante o exposto, requer seja conhecida e acolhida a presente Impugnação, em todos os seus termos, para que Vossa Senhoria se digne retificar o edital nos itens impugnados, com, a finalidade de preservar a integridade e harmonia lógica do certame, dentro da legislação aplicável às contratações realizadas pelos entes públicos.

**Resposta 14/12/2021 13:05:30**

DECISÃO DA DIRETORIA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA 1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/> PROCESSO : 0141079-78.2020.6.05.8000 INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CAPITAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021 ASSUNTO : Nega provimento à impugnação DECISÃO nº 1800813 / 2021 - PRE/DG/ASSED Cuida-se de impugnação apresentada pela empresa XXXXXXXX contra o Edital nº 42/2021, em que, em síntese, argumenta sobre a participação exclusiva de ME/EPP na licitação, pugnando pela retificação do edital para ampla concorrência, conforme documento nº 1791222. O pregoeiro designado para condução da licitação decidiu pelo não acolhimento da impugnação e submeteu à apreciação superior. Assim, em decisão em documento nº 1795060, concluiu: Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, JULGO IMPROCEDENTES as alegações apresentadas pelas razões que se seguem. No que tange ao pedido formulado pela empresa impugnante, in casu que seja eliminada do edital a condição de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, pelos motivos acima espostos, entendemos serem impertinentes o pedido e a fundamentação alegada, pelos motivos que se seguem: Com fulcro AINDA no quanto contido no Relatório SEAQUI, documento SEI nº1410528, no qual é claramente demonstrada a existência de microempresas do segmento com sede no Estado da Bahia, corroborado com o quanto constante no Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, constante no SICAF- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, anexado pela SEAQUI, documento SEI nº1410521- resta sobejamente comprovada a existência de diversas empresas que atuam nesse segmento aqui no estado da Bahia, razão essa o suficiente para espancar a alegação da empresa impugnante Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral- ASJUR, de forma clara se pronunciou em parecer de nº 717, documento nº 1800318, nos seguintes termos: 5. Em que pese alguma lógica nas argumentações da Impugnante, julgamos que as razões ali traçadas não se mostram suficientes para afastar a regra da LC nº. 123/2006. Com efeito, a lista de empresas ME/EPP atuando no segmento, localizadas pela SEAQUI, revela, ao menos em tese, uma real chance de estabelecer-se ampla competitividade no certame, fato que, como regra, implica na oferta de melhores preços para a Administração. 5.1. Ademais, quanto ao fato suscitado pela XXXXXXXX, de que os melhores preços são aqueles praticados pelas "grandes empresas", vale lembrar que as propostas terão que obedecer ao valor máximo estimado pela Administração, portanto, será desclassificada a proposta que, ao final, não esteja adequada à prévia precificação deste Órgão. Ou seja, o objeto somente poderá ser adjudicado se respeitado o valor máximo estabelecido para a licitação. 5.2. Em derradeiro, oportuno enfatizar que caso o certame não logre êxito, seja por não terem acudido interessados enquadrados como ME/EPP, seja pela oferta de preços excessivos, caberá a repetição do procedimento. Restando configurada tal situação, existirá embasamento para a abertura da licitação à ampla concorrência. 6. Ante o exposto, opinamos pelo não acolhimento da Impugnação, devendo ser mantida a exclusividade das empresas enquadradas como ME/EPP no Pregão nº 42/2021 e, consequentemente, mantidas no ato convocatório todas as condições neste sentido. Deste modo, lastreado no parecer ASJUR nº 717, documento nº 1800318, que adoto como razão de decidir, e com base nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa 04/2021, conheço da impugnação apresentada pela empresa XXXXXXXX e, no mérito, nego provimento à mesma, mantendo-se no Edital do Pregão nº 42/2021 o processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME/EPP. Ao NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, prosseguindo-se ao andamento da licitação. RAIMUNDO VIEIRA Diretor-Geral Documento assinado eletronicamente por Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral, em 13/12/2021, às 18:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. 0141079-78.2020.6.05.8000 PARECER DA ASJUR PROCESSO : 0141079-78.2020.6.05.8000 PARECER DA ASJUR PARECER nº 717 / 2021 - PRE/DG/ASJUR (.....) 4. Assim prescreve a Lei Complementar nº 123/2006: "Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000.00 (oitenta mil reais); (...) Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (...) II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;" 4.1. Nesse contexto, cumpre lembrar que, objetivando cumprir os ditames insculpidos nos arts. 170, IX, e 179 da Constituição da República, editou-se a Lei Complementar n. 123/2006, e, dentre outras disposições, estabeleceu-se ali o privilégio às micro e pequenas empresas no âmbito das contratações públicas. De acordo com o Professor Luciano Ferraz[1]: "O tratamento diferenciado concedido às ME e EPP visou incentivar o desenvolvimento econômico, como foco da geração de emprego, na distribuição de renda e na ampliação da arrecadação estatal: a norma jurídica é utilizada justamente com o intuito de fomentar a criação de empresas dessa natureza, como verdadeiro mecanismo de indução e de desenvolvimento desse importante extrato da economia nacional (função regulatória da licitação)." 4.2. A regra, portanto, é que as licitações cujo valor estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) sejam destinadas exclusivamente às ME e EPP. As hipóteses delineadas no art. 49 da LC n. 123/2006, por excepcionarem tal mandamento, devem ser robustamente motivadas pela Administração. Acerca do tema, compete transcrever excertos de artigo publicado na Revista do Tribunal de Contas da União, de autoria de Jessé Torres Pereira Júnior e Marinês Restelatto Dotti[2]: "Pode-se dizer que os tribunais de contas, chamados a interpretar divergências quanto à aplicação das normas da Lei Complementar n. 123/2006 e seus regulamentos, vêm estabelecendo que o privilégio é a regra, somente afastável nas situações de exceção legalmente previstas, e que, como toda exceção, não de ser juridicamente interpretadas de modo estrito. (...) Em outras palavras, a regra é a exclusividade, quando se cuidar de licitação de valor em até R\$ 80.000.00 - assim se interpreta o 'dever' posto no decreto -, mas há exceções, desde que fundadas em motivos relevantes, que cumpre à Administração evidenciar em cada caso." 4.3. No caso sob análise, a decisão administrativa pelo enquadramento do certame no art. 48, I, amparou-se nos dados coletados pela SEAQUI, que levaram à conclusão de que o rol de empresas enquadradas como ME/EPP, aptas a contratar com o setor público, era significativo, de modo que a destinação do certame somente a tais empresas melhor atenderia aos ditames legais. 5. Em que pese alguma lógica nas argumentações da Impugnante, julgamos que as razões ali traçadas não se mostram suficientes para afastar a regra da LC nº. 123/2006. Com efeito, a lista de empresas ME/EPP atuando no segmento, localizadas pela SEAQUI, revela, ao menos em tese, uma real

chance de estabelecer-se ampla competitividade no certame, fato que, como regra, implica na oferta de melhores preços para a Administração. 5.1. Ademais, quanto ao fato suscitado pela XXXXXXX, de que os melhores preços são aqueles praticados pelas "grandes empresas", vale lembrar que as propostas terão que obedecer ao valor máximo estimado pela Administração, portanto, será desclassificada a proposta que, ao final, não esteja adequada à prévia precificação deste Órgão. Ou seja, o objeto somente poderá ser adjudicado se respeitado o valor máximo estabelecido para a licitação. 5.2. Em derradeiro, oportuno enfatizar que caso o certame não logre êxito, seja por não terem acudido interessados enquadrados como ME/EPP, seja pela oferta de preços excessivos, caberá a repetição do procedimento. Restando configurada tal situação, existirá embasamento para a abertura da licitação à ampla concorrência. 6. Ante o exposto, opinamos pelo não acolhimento da Impugnação, devendo ser mantida a exclusividade das empresas enquadradas como ME/EPP no Pregão nº 42/2021 e, conseqüentemente, mantidas no ato convocatório todas as condições neste sentido. É o parecer, sub censura. À ASSESD. [1] FERRAZ, Luciano. A participação de pequenas empresas em licitações e a análise das cortes de contas. Disponível em: . Acesso em: 20 mar 2020. [2] PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres e DOTTI, Marinês Restelatto. As licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte: regra e exceções. Disponível em: ojs > index.php > RTCU > article > view>. Acesso em: 19 mar 2020. Documento assinado eletronicamente por Silene Mascarenhas de Souza, Assessor, em 13/12/2021, às 16:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Fechar